

V WORKSHOP EMPRESA, EMPRESÁRIOS E SOCIEDADE

O mundo empresarial e a questão social

Porto Alegre, 2 a 5 de maio de 2006 – PUCRS

Mesa Redonda 02: Organizações empresariais, representação de interesses e ação política

Empresariado e democracia: valores, percepções e perspectivas

Paulo Roberto Neves Costa

Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira

Departamento de Ciências Sociais

Universidade Federal do Paraná

Resumo:

Esta comunicação baseia-se em pesquisa iniciada 2005 junto aos presidentes das principais entidades empresariais e aos empresários de renome, na qual analisamos sua adesão à democracia, sua avaliação sobre as instituições democráticas em funcionamento no Brasil e sua posição frente à questão da reforma política. Tal estudo apontou elementos importantes da cultura política do empresariado e dos parâmetros da sua ação política, e permitiu comparações entre os setores, as regiões e os tipos de entidade.

O objetivo desta comunicação é analisar certos valores e percepções do empresariado brasileiro no que diz respeito às instituições políticas democráticas vigentes e a possibilidade de sua transformação. Trata-se de pesquisa ainda em andamento¹, na qual procuramos verificar quais são suas concepções sobre a democracia, as *instituições políticas*, a *necessidade e o processo de transformação* destas instituições e sobre o *possível impacto de suas ações concretas* frente a este processo e ao funcionamento do regime político democrático².

¹ A pesquisa “*Empresariado, instituições e democracia: a questão da reforma política*” teve apoio do CNPq e da Federação do Comércio do Estado de São Paulo. Expresso os meus agradecimentos a Emerson Cervi pelo apoio na elaboração do questionário, e a Karla Gobbo, Nadida Mafouhz e Julio Gouveia pelo trabalho de aplicação dos questionários e processamento dos dados. Parte dos resultados obtidos nesta pesquisa foram apresentados no 29º Encontro Anual da ANPOCS, em 2005. O critério utilizado para escolha dos entrevistados foi o da representatividade. Para tanto, contemplamos os presidentes de algumas das principais entidades representativas do empresariado nacional.

² Através da aplicação de um questionário, procuramos captar a opinião acerca das particularidades e das prerrogativas da democracia, dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, das eleições e do sistema eleitoral, bem como das instituições representativas, em especial os partidos políticos, os sindicatos e as associações. Convém destacar que a

Com isso, pretendemos verificar as condições e as características de uma dimensão importante, ainda que não exclusiva ou determinante, para compreensão do comportamento e do empresariado frente ao funcionamento da democracia, ou seja, a sua concepção acerca da democracia e do regime democrático, o que ganha maior relevância quando se coloca no horizonte político nacional a questão da reforma política. Enfim, embora esta pesquisa seja sobre opiniões e valores políticos, seus resultados permitirão considerar uma variável importante no estudo do processo de definição dos padrões de ação política do empresariado, bem como o grau e a forma de sua adesão às instituições políticas democráticas³.

A pesquisa foi feita de modo a permitir vários tipos de agregação⁴. Mas, nosso objetivo é tanto analisar as respostas, quanto verificar o grau de homogeneidade entre elas. Neste sentido, tomaremos os resultados obtidos a partir de dois recortes:

- 1- O conjunto das entidades que responderam o questionário;
- 2- Outros tipos de agregação das entidades, a saber:
 - 2.1- por setor ou atividade, agrupados em i) indústria, ii) comércio e serviços e iii) outros⁵;
 - 2.2- por natureza da entidade, agrupados em entidades i) sindicais (federações e confederações) e ii) associativas⁶;
 - 2.3- por região ou localização, no caso, i) sul, ii) sudeste, iii) outras regiões (centro-oeste, norte e nordeste) e iv) nacionais⁷.

Quanto às entidades aqui consideradas, há que se levar em conta os seguintes aspectos: 1- apesar do relativamente baixo grau de retorno dos questionários enviados, há várias instituições importantes, seja pelo setor que representam, seja pela sua importância regional⁸; 2- o peso

grande maioria dos questionários foi respondida antes dos eventos que vêm sendo chamados de “crise política”, decorrentes das revelações das CPIs atualmente em funcionamento no Congresso Nacional.

³ Em um segundo momento da pesquisa, pretendemos contemplar os empresários de maior renome, ou seja, aqueles que são considerados em outros âmbitos, por exemplo, a imprensa, como representativos do empresariado nacional. Além disso, em nossa pesquisa, consultamos os presidentes das entidades a respeito dos nomes mais representativos do empresariado nacional e os três mais mencionados foram, em ordem decrescente de referência: Jorge Gerdau Johannpeter, Armando Monteiro Neto e Antonio Ermírio de Moraes.

⁴ O questionário foi enviado para mais de 80 entidades mas apenas 39 retornaram as respostas (ver Tabela 1). No questionário, foi perguntado a respeito de qual setor a entidade representava, o que nos fornece uma idéia um pouco mais precisa acerca dos setores contemplados por esta pesquisa. Isso é importante para que tenhamos clareza dos limites aos quais estas respostas possuem. O baixo número de respostas exige também que se tenha cuidado com as porcentagens, dado que 10% pode representar apenas quatro entidades.

⁵ A partir deste critério, as entidades contempladas se dividem em 36% da indústria, 33% de comércio e serviços e 31% outros setores.

⁶ Quanto a sua natureza, temos 85% de entidades sindicais e 15% de associativas.

⁷ Nesta divisão, há 7 entidades do sul (18%), 5 do sudeste (15%), 19 de outras regiões (48%) e 8 de entidades nacionais (18%).

⁸ Como pode ser observado na Tabela 1, estamos considerando 39 entidades, das quais três são associações nacionais, três são associações comerciais estaduais, 33 (85%) são entidades sindicais, das quais 3 são confederações e as demais federações. Destas 39 entidades, 13 são federações de indústria e 13 são federações do comércio e três são ligadas à agricultura. Além de indústria, comércio e serviços e agricultura, estão presentes os setores de infra-estrutura, indústria química e financeiro.

econômico e a importância política seriam variáveis importantes para diferenciar as entidades caso estivessemos analisando a *ação* do empresariado, o que será objeto de pesquisa posterior⁹. Enfim, o peso político de uma entidade, *no que tange à questão do funcionamento das instituições políticas*, não pode ser atribuído, mas sim averiguado quando de sua ocorrência; 3- esta pesquisa ainda está em andamento, permitindo que outras e novas entidades sejam incorporadas, desdobrando-se em novos tipos de agregação.

TABELA 1

Entidades	Setor Representado ¹⁰
1. Associação Brasileira da Indústria Química	Indústria Química
2. Associação Brasileira da Infra-estrutura e Indústrias de Base	Infra-Estrutura
3. Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro	O setor financeiro
4. Associação Comercial de Minas Gerais	Comércio, Indústria, Agronegócio e Prestação de Serviços
5. Associação Comercial do Paraná	Comércio e Serviços
6. Associação Comercial de São Paulo	Todos os setores de atividade e empresas de todos os portes
7. Confederação da Agricultura e Pecuária no Brasil	Os produtores rurais brasileiros
8. Confederação Nacional das Instituições Financeiras	Entidades representativas do sistema financeiro nacional
9. Confederação Nacional do Comércio	Comércio
10. Federação Brasileira dos Bancos	Setor Bancário
11. Federação da Agricultura do Estado do Paraíba	Empresários de transporte e produtores rurais
12. Federação da Agricultura do Estado do Paraná	Produtores Rurais
13. Federação da Indústria do Estado do Amazonas	Indústrias: Eletro-eletrônico, veículos de duas rodas, informática, produtos de Base Florestal
14. Federação da Indústria do Estado do Ceará	Indústria têxtil, confecções, gráfica, papel e papelão, construção civil, minerais não metálicos
15. Federação das Indústrias do Estado do Mato Grosso do Sul	Setores da indústria (alimentos, vestuário, mobiliário, açúcar e álcool, cerâmico, panificação, metalurgia, gráfico)
16. Federação das Indústrias do Estado da Bahia	Indústria
17. Federação das Indústrias do Estado de Goiás	Indústria
18. Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco	Indústria
19. Federação das Indústrias do Estado de Roraima	Madeireiro, Agroindustrial, Gráfico, Construção Civil e Terraplanagem, Alimentos
20. Federação das Indústrias do Estado de Rondônia	Construção civil, Indústria Madeireira, Indústria de Alimentos, Vestuário, Frigorífico
21. Federação das Indústrias do Estado do Maranhão	O setor industrial, em todos os ramos
22. Federação das Indústrias do Estado do Paraná	Indústria
23. Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte	Indústria
24. Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul	Indústria
25. Federação das Indústrias do Estado de São Paulo	Indústria
26. Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul	Empresário do Comércio de Bens e Serviços

⁹ Nesta outra pesquisa, nosso objetivo será analisar a ação política das entidades, em especial em relação a questões importantes da ordem político-institucional da democracia, como uma possível reforma das instituições políticas, para a qual teremos como elemento comparativo o posicionamento prévio e as idéias dos presidentes das entidades apreendidos por esta pesquisa.

¹⁰ Esta identificação dos setores representados foi feita pelos próprios respondentes.

27. Federação do Comércio de Minas Gerais	Comércio e serviços
28. Federação do Comércio do Estado da Bahia	Comércio e serviços
29. Federação do Comércio do Estado de Goiás	Comércio e serviços
30. Federação do Comércio do Estado de Santa Catarina	Comércio de Bens, Serviços e Turismo
31. Federação do Comércio do Estado de São Paulo	Comércio e serviços
32. Federação do Comércio do Distrito Federal	Comércio e Serviços, Saúde, Turismo, Hospitalidade
33. Federação do Comércio do Estado de Rondônia	Comércio e serviços, incluindo na sua maior parte micro e pequenos empresários
34. Federação do Comércio do Estado de Sergipe	Comércio, Serviços e Turismo
35. Federação do Comércio do Estado do Maranhão	Comércio de Bens, Serviços e Turismo
36. Federação do Comércio do Estado do Mato Grosso do Sul	Comércio e Gerenciamento
37. Federação do Comércio do Estado do Paraná	Empresários do segmento do comércio de bens, produtos e serviços
38. Federação do Comércio do Estado de Roraima	Comercio e Serviços, incluindo na sua maior parte micro e pequenas empresários
39. Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas	Empresas Contábeis em Geral e Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas

Portanto, nos limitaremos a apresentar os resultados atuais agregados nas formas acima mencionadas, e organizados a partir das seguintes questões: 1- o grau de adesão à democracia e a avaliação acerca da democracia enquanto forma de regime político; 2- a avaliação sobre as instituições democráticas em funcionamento; 3- a avaliação sobre o peso político dos grupos sociais e das instituições políticas; 4- a ação dos empresários frente aos poderes constituídos; e 5- a questão da reforma política. Por fim, comentaremos alguns trabalhos sobre assuntos correlatos a partir destes resultados.

1- A adesão à democracia e as características do regime democrático

Quando consideramos o conjunto das entidades, é praticamente unânime entre os entrevistados a convicção de que a democracia é sempre a melhor forma de funcionamento do Estado e a melhor também para os interesses do empresariado. Também é quase unânime a idéia de que o fim do regime democrático não é aceitável em hipótese alguma.

Quando instados a avaliar as características da democracia, apenas menos de um terço dos presidentes entendem que o problema da democracia seriam os excessos de participação popular que ela gera¹¹. Em relação aos aspectos mais prejudiciais à democracia, metade julga que a falta de educação para a população é o fator mais prejudicial e quase 80% avaliam que é a corrupção o aspecto mais nocivo à democracia. Poucos atribuem importância negativa para a democracia à desigualdade econômica e a maior parte entende que aspectos como a má administração da coisa pública, são mais prejudiciais. Por volta de 80% concordam com a idéia de que a maior característica da democracia é permitir o conflito institucionalizado entre os interesses sociais e

¹¹ Quando os dados são desagregados, a homogeneidade também se manifesta em relação a este aspecto.

julgam ser possível praticar política sem assumir uma posição partidária. Os presidentes são quase unânimes em afirmar que a grande vantagem da democracia é poder eleger os governantes, mas quanto idéia de que esta vantagem seria a participação do maior número de pessoas nas decisões, esta proporção cai para menos de 85%.

Sobre a democracia no Brasil, todos os entrevistados avaliam que a desordem social está entre os aspectos mais prejudiciais à democracia. Mais de três quartos não colocam as características das instituições ligadas ao processo de representação (partidos, sindicatos e sistema eleitoral) entre os aspectos mais prejudiciais à democracia no Brasil. Quanto à consolidação da democracia no Brasil, as opiniões se dividem ao meio. Em relação a este aspecto, a desagregação por setor não revela grandes diferenças, mas as entidades associativas estão mais convencidas do que as sindicais de que a democracia no Brasil está consolidada, o mesmo acontecendo entre as entidades do sudeste, do sul e nacionais em relação às entidades das outras regiões¹².

E enquanto que menos de um terço de todos os presidentes pensa que a presença de empresários nos cargos públicos, técnicos e eletivos é fundamental para o sucesso da democracia, quando desagregamos os dados observamos que mais de dois terços das entidades sindicais, e também das que ficam no sul, em outras regiões ou nacionais, concordam e que a opinião sobre tal importância por parte das entidades associativas e das entidades do sudeste se divide ao meio.

2- O funcionamento das instituições democráticas no Brasil

Quando perguntados sobre a relação entre Executivo e Legislativo em âmbito federal, praticamente todos concordam que este deveria ser mais autônomo em relação ao primeiro. Quanto ao grau de confiança nos poderes, *enquanto instituições*, mais de três quartos declararam confiar no Legislativo Federal e apenas menos de 20% entendem que o Executivo Federal não merece confiança. Mas, das entidades sindicais somente metade das associativas possui tal confiança, contra 80 das entidades sindicais. Somente metade concorda que o Legislativo Federal deve ter maior interferência na política econômica. Neste aspecto, dois terços das entidades nacionais concordam, contra metade das entidades do sudeste e menos de um terço das entidades do sul e de demais regiões.

Sobre o Judiciário, menos de 10% entendem que este poder funciona de forma satisfatória mas esta situação se inverte quando se trata da sua importância para a sustentação da democracia no Brasil. Todos entendem que o Judiciário deve passar por uma reforma interna e dois terços entendem que este poder também deveria ser objeto da reforma política. Mais de 80% acham que o Judiciário deve ter alguma forma de controle externo.

¹² Destas entidades, 63% discordam da idéia de que a democracia no Brasil está consolidada e forte.

Quanto ao âmbito estadual, mais de 80% entendem que os Governadores têm obtido o devido apoio das Assembléias Legislativas, mas quase 90% entendem que as assembléias deveriam ser mais autônomas em relação ao Governador.

Há quase unanimidade em relação à importância dos partidos políticos, nos âmbitos federal, estadual e municipal, para o bom funcionamento da democracia. Dois terços entendem que a questão do número de partidos é importante para o funcionamento da democracia brasileira. Mais de 80% declararam que tanto o exercício do Governo quanto da oposição deve ter um caráter fortemente partidário. Mais de 70% entendem que a atuação dos *lobbies* não é prejudicial à democracia brasileira. Pouco mais de 50% entendem que a reeleição para os cargos do poder Executivo foi uma boa medida para a democracia no Brasil. Quanto a este aspecto, um terço das entidades da indústria e um terço das entidades do comércio discordam, enquanto que nos outros setores esta proporção sobe para 50%. Por região, enquanto que nos grupos das entidades do sul, de outras regiões e nacionais mais de 40% discordam, contra apenas 17% das entidades do sudeste.

E dois terços entendem que, de um modo geral, o funcionamento das instituições políticas é favorável à manutenção de nossa democracia. Mas, quando perguntados sobre as instituições relacionadas à política econômica, dois terços discordam de que o bom funcionamento destas instituições é mais importante do que o bom funcionamento do Congresso Nacional e dos partidos políticos, embora mais de 80% entendam que as instituições ligadas à política econômica já se encontram melhor estruturadas e consolidadas que as instituições políticas. Em relação a este aspecto, as mais de dois terços das entidades sindicais e das associativas discordam, sendo que nas entidades do sul e do sudeste tal discordância é mais forte.

Quase 60% discordam de que as instituições econômicas devem ser autônomas em relação às instituições políticas. Tal discordância é de menos de um quarto nas entidades comerciais, contra mais de 60% das entidades da indústria e mais de 80% das entidades dos outros setores. E pouco mais de 70% entendem que as instituições econômicas devem ser autônomas em relação aos diversos grupos econômicos e sociais, inclusive os próprios empresários, sendo tal entendimento mais intenso nas entidades nacionais e nas entidades ligadas ao comércio. Apenas pouco mais da metade entendem que algumas instituições econômicas devem ser autônomas.

Estes dois últimos itens podem ser interessantes para comparar com a 'blindagem' da economia no contexto da crise política do mensalão.

3- A avaliação sobre o peso político dos grupos sociais e das instituições políticas

Quanto à importância dos grupos sociais na política nacional, a avaliação dos presidentes, em porcentagem¹³, se divide da seguinte forma:

TABELA 2

GRUPOS SOCIAIS	MUITA	ALGUMA	POUCA	NENHUMA
Militares	7%	39%	39%	15%
Banqueiros	24%	40%	27%	9%
Grandes industriais	24%	58%	18%	0%
Altos funcionários dos órgãos estatais	15%	46%	33%	6%
Deputados federais	49%	40%	12%	0%
Senadores	52%	37%	12%	0%
Governadores	58%	33%	9%	0%
Empresários estrangeiros	3%	40%	40%	15%
Trabalhadores	30%	51%	15%	3%
Pequenos e médios empresários	30%	40%	24%	6%
Grandes comerciantes	24%	46%	30%	0%
Grandes proprietários rurais	21%	40%	40%	9%
Trabalhadores sem terra	3%	40%	21%	37%
Pequenos proprietários rurais	21%	24%	46%	9%

Em suma, entre os grupos aos quais se atribuem muita importância estão os Governadores, os Senadores, os Deputados Federais e os trabalhadores e pequenos e médios empresários. Se somarmos as indicações de muita e alguma importância, em ordem decrescente, os principais seriam os Deputados Federais e Senadores, os grandes industriais, os trabalhadores e os grandes comerciantes. Dos que têm pouca ou nenhuma importância na opinião dos presidentes, destacam-se os trabalhadores sem terra, os militares, os empresários estrangeiros e os grandes proprietários rurais.

Quando a questão da importância é colocada a respeito das instituições políticas e outros órgãos públicos, bancos e empresas multinacionais, a opinião dos presidentes se divide da seguinte forma¹⁴:

TABELA 3

INSTITUIÇÕES	MUITA	ALGUMA	POUCA	NENHUMA
Sindicatos de trabalhadores	27%	60%	9%	3%
Igreja Católica	9%	28%	43%	21%

¹³ Algumas linhas podem não totalizar exatamente 100% devido às aproximações.

¹⁴ Seguimos os mesmos critérios da tabela anterior.

Forças Armadas	6%	33%	46%	15%
Entidades empresariais	30%	58%	12%	0%
Partidos políticos	51%	36%	12%	0%
Presidência da República	91%	9%	0%	0%
Congresso Nacional	76%	21%	3%	0%
Fundos de pensão	9%	27%	42%	21%
Bancos Internacionais (FMI e Banco Mundial)	6%	36%	42%	15%
Empresas multinacionais	9%	42%	27%	21%

As instituições que recebem maior atribuição de muito importante são a Presidência da República, o Congresso Nacional e os partidos políticos. Se somarmos as atribuições de muita ou alguma importância, a distribuição muda para a seguinte ordem: em primeiro lugar, o Congresso Nacional e praticamente juntos as entidades empresariais, os sindicatos de trabalhadores e os partidos políticos. Destoando dos demais tipos de entidade, cerca de 30% das entidades sindicais atribuem pouca importância ao Congresso Nacional. Quanto aos partidos políticos, enquanto que nenhuma entidade da indústria, ou associativa, ou do sul ou nacional atribui pouca importância aos partidos, em torno de um quinto das entidades sindicais do comércio situadas no sudeste assim o entendem.

Se tomarmos as atribuições de pouca ou nenhuma importância, destacam-se a Igreja Católica e os fundos de pensão e, em seguida, as Forças Armadas e os FMI e Banco Mundial. As entidades ligadas à indústria são as que mais atribuem importância a estes bancos internacionais.

4- A ação dos empresários frente aos poderes constituídos

Sobre a relação entre as entidades e os poderes constituídos, 30% das delas atuam mais intensamente no Executivo estadual (Governador e secretarias de estado), e somente 10% o fazem no Executivo Federal (Presidente da República e Ministros) e cerca de 12% no Legislativo Federal. Todas as entidades ligadas à indústria, situadas no sudeste e de natureza associativa declaram que atuam mais intensamente no Executivo estadual. O Legislativo estadual desperta menos atenção que o Legislativo e o Executivo municipais. Quanto ao grau de abertura aos interesses das entidades, 40% das entidades avaliam que é o Executivo estadual, 15% o Executivo federal e 12% o Legislativo federal. E em relação ao grau de sucesso das ações, também 40% avaliam que é o Executivo estadual, 10% o Executivo federal, com a mesma proporção para o Executivo municipal, e cerca de 18% indicaram o Legislativo federal. Mas dois terços dos presidentes entendem que falta ao poder Executivo, nos três níveis, competência administrativa.

Quando perguntados sobre qual deveria ser a sua própria ação diante das instituições democráticas brasileiras, metade dos presidentes entendem que as entidades empresariais deveriam agir no sentido de que, no âmbito federal, o Executivo tenha o apoio do Legislativo e mais de 80% entendem que os empresários devem atuar no sentido de que o Legislativo tenha maior autonomia em relação ao Executivo. Nas entidades do sudeste é que se encontra a menos adesão, no caso, apenas metade, a este tipo de atuação. E mais de 90% discordam da idéia de que a relação entre Executivo e Legislativo não mereça a preocupação do empresariado.

Ainda sobre sua ação frente à relação entre Executivo e Legislativo, agora nos níveis estadual e municipal da relação entre Executivo e Legislativo, apenas pouco mais de 40% entendem que as entidades empresarias devem atuar no sentido de que o Governador e os Prefeitos tenham o apoio das Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais, embora nas entidades da indústria e nas entidades sindicais este entendimento ultrapassa os 50%. Dois terços concordam que as entidades empresariais devem atuar para que as casas legislativas sejam mais autônomas em relação aos poderes Executivos. Da mesma forma, mais de 90% discordam da idéia de que a relação entre Executivo e Legislativo nos âmbitos estadual e municipal não mereça a preocupação do empresariado.

Quanto à perspectiva de ação em relação à reforma política, mais da metade diz que não está atuando; quase 80% diz que pretende atuar; mais de 90% entende que o empresariado está preparado para atuar; menos de 40% entende que a ação da própria entidade na reforma será decisiva para o futuro da democracia no Brasil; mais de 80% entendem que a melhor forma de atuar é através das próprias entidades empresariais; por volta de 80% se sente bem informado sobre a reforma política. Embora todos concordem com a necessidade da reforma política, apenas pouco mais da metade declara que está tendo algum tipo de atuação neste sentido, e a maior parte entende que não serão as entidades as mais beneficiadas por esta reforma, e mais da metade dos presidentes entendem que a ação de sua entidade não será decisiva para o futuro da democracia no país. E o consenso com relação à necessidade da reforma política destoa dos quase 20% que declararam não se sentirem bem informados sobre o assunto. Veremos mais sobre a questão da reforma política no próximo item.

5- A questão da reforma política

Sobre as condições gerais da reforma política, as respostas dos presidentes podem ser sintetizadas na tabela abaixo¹⁵.

TABELA 4

¹⁵ Nas duas próximas tabelas, a não totalização de 100% nas linhas deve-se à discordância, à ausência de resposta ou à alegação de que não sabe.

	CONCORDA FORTEMENTE	CONCORDA
É necessária	88%	12%
Tem que ser rápida	58%	36%
Tem que ser ampla e profunda	76%	21%
As condições são favoráveis	27%	68%
Deveria ter sido feita ainda no Governo FHC	52%	42%
Tem que ocorrer no Congresso Nacional ¹⁶	49%	33%

Quanto a outros aspectos da reforma política e sua importância para o futuro da democracia no Brasil, a posição dos presidentes pode ser apresentada da seguinte forma:

TABELA 5

	CONCORDA FORTEMENTE	CONCORDA	DISCORDA
Fidelidade partidária é imprescindível	24%	68%	9%
Financiamento público é imprescindível	45%	15%	29%
O financiamento público enquanto única forma de financiamento de campanhas	15%	33%	45%
A política nos âmbitos estadual e municipal deve ser objeto da reforma política	55%	45%	0%
Voto de legenda com listas partidárias fechadas (*)	30%	-----	36%
Federações partidárias estáveis e duradouras devem substituir as coligações (**)	58%	3%	21%
Coincidência das eleições em todos os níveis	24%	36%	33%
Redução do número de partidos	39%	39%	15%
Maior controle da sociedade sobre os grandes partidos	24%	52%	21%
Fim do voto obrigatório	30%	42%	24%
Controle sobre as pesquisas de intenção de voto	18%	52%	9%
A propaganda eleitoral deve ser regulada pela reforma política	39%	52%	6%
O peso do poder econômico nas eleições não é uma questão fundamental para a reforma política	3%	24%	70%
O sistema eleitoral deve ser alterado pela reforma política	52%	33%	15%
O voto distrital é o mais adequado (***)	24%	46%	15%

(*) Mais de 30% dos entrevistados não souberam responder.

(**) Mais de 18% não souberam responder.

(***) Mais de 15% não souberam responder.

¹⁶ A outra alternativa apresentada foi o Poder Judiciário, escolhida apenas por 20%.

Quanto ao financiamento público de campanha como a única forma legal, a concordância é maior entre as entidades de outras regiões além do sul e do sudeste e tem pouca adesão entre as entidades nacionais. O fim do voto obrigatório, que é defendido por mais de dois terços dos entrevistados, é quase unânime nas entidades comerciais e nas entidades do sudeste, enquanto que no sul está abaixo dos 60%.

Outros assuntos que, segundo os entrevistados, deveriam constar da reforma política estão: aperfeiçoamento da legislação e dos mecanismos de fiscalização e julgamento da Justiça Eleitoral; formas de controle sobre o Executivo; formas mais intensas de “*accountability*”¹⁷; fidelidade aos programas partidários e às propostas de campanha; voto distrital misto etc. Foram mencionados também outros assuntos que não são propriamente relativos a uma reforma desta natureza, como as reformas trabalhista, previdenciária e administrativa e o combate à corrupção,

Sobre a avaliação dos presidentes a respeito dos maiores beneficiados pela reforma política, o resultado é o seguinte: praticamente todos entendem que a sociedade será a mais beneficiada pela reforma política; pouco menos de 40% entendem que os grupos não organizados da sociedade serão beneficiados pela reforma; pouco mais de dois terços avaliam que os partidos serão os mais beneficiados; só um terço concorda que as entidades sindicais serão as mais beneficiadas; menos da metade pensa que as associações serão as mais beneficiadas; só um terço avalia que os deputados e senadores serão os mais beneficiados e pouco mais de um terço julga que serão os Governadores ou o Presidente da República.

Por fim, mais de 90% dos presidentes esperam que a relação entre Executivo e Legislativo fique mais equilibrada com a reforma política e todos concordam, sendo mais de 80% fortemente, que tal reforma é fundamental para o crescimento e o desenvolvimento do país. Mas, menos da metade dos entrevistados entende que a reforma política deve ser uma forma de alterar o papel do Estado na economia e o processo de formulação e implementação da política econômica.

5- Considerações finais

Em primeiro lugar, é necessário reafirmar que as generalizações só podem ser feitas com segurança para o conjunto das entidades contempladas neste trabalho. Portanto, as inferências que pretendam ser estendidas para o conjunto das entidades empresariais brasileiras, ou do próprio empresariado, têm que ser feitas com muito cuidado. Nesta considerações finais nos deteremos ao objeto e aos resultados obtidos em nossa pesquisa até o presente momento. Outras análises necessárias não foram aqui desenvolvidas, tais como as diferenças ou semelhanças entre as entidades a partir de aspectos como o setor econômico representado, a situação geográfica, a natureza da entidade (sindical ou associativa) etc., e também as correlações entre os

¹⁷ Expressão usada pelo respondente.

posicionamentos. Além disso, na forma como agregamos os dados não foi trabalhado o peso diferente relativo ao número de cada tipo de entidade no universo aqui considerado para análise¹⁸.

Quanto ao rendimento analítico da mobilização de variáveis relacionadas às concepções, opiniões e avaliações, entendemos que isso nos permite obter informações sobre um dos elementos importantes para o momento da ação, ou falta desta, frente às questões concretas, dado que se trata do julgamento a respeito das instituições políticas e dos seus valores subjacentes. Estas informações nos indicam as tendências de aceitação, apoio, recusa ou contraposição por parte dos empresários em relação a certas características importantes do regime democrático vigente no Brasil, fornecendo hipóteses de trabalho melhor fundamentadas e sugerindo os prováveis âmbitos e padrões nos quais se dariam as ações concretas do empresariado, bem como as possíveis contradições ou mudanças de posição.

As inconsistências das respostas não devem ser relevadas, mas há que se considerar que isso deve-se ao fato de que se trata de idéias, e não se ações, frente às quais a coerência não estaria garantida, mas seria mais exigida¹⁹. Enfim, faz parte deste tipo de pesquisa, voltada para as concepções e avaliações, certa confusão entre o que se entende ser e o que se gostaria que fosse (*wishful thinking*). As opiniões podem mudar, o que é normal no regime democrático, independentemente da existência de uma crise política, como a que o país enfrenta agora. Isso reforça a importância da continuidade deste estudo para o âmbito das ações concretas do empresariado frente às instituições políticas da democracia.

Estudos anteriores, *embora relacionados a outro momento histórico*²⁰, por um lado, nos indicaram que as idéias expressas pelas entidades podem ser convergentes e favoráveis ao quadro geral das instituições em funcionamento, mesmo que hajam críticas difusas, e, por outro, sugeriram para algumas hipóteses frente ao conjunto de idéias relativas à democracia e às instituições políticas do regime democrático por parte do empresariado brasileiro.

Entre estas hipóteses, algumas foram corroboradas, mas outras não. Entre as primeiras estão: 1- a adesão ao regime democrático; 2- um certo ceticismo em relação à consolidação e a viabilidade da democracia no Brasil; 3- o reconhecimento dos limites do alcance da sua própria ação política frente às questões politico-institucionais; 4- a idéia de que é possível fazer política sem assumir uma

¹⁸ Por exemplo, entre as 33 entidades há muito mais federações, em especial do comércio e da indústria, do que associações e muito mais entidades estaduais que nacionais. Entendemos que isso não se constitui em problema, dado que temos um grupo importante de entidades e que o grau de retorno dos questionários é uma variável que escapa ao controle do pesquisador.

¹⁹ Convém lembrar um fato bastante conhecido para os pesquisadores que trabalham com entidades do gênero, ou seja, a possibilidade de os questionários terem sido respondidos por assessores. Em relação a esta possibilidade, não há como averiguar e mesmo que isso fosse constatado, apenas revela fato bastante conhecido pelos pesquisadores, que é a importância do quadro de assessores nas entidades e no seu funcionamento, e o fato de que eles muitas vezes expressam e até sistematizam as posições das entidades, além do fato de que quem escolheria o assessor seria o presidente e é ele quem assina as respostas.

posição partidária; 5- o entendimento de que um dos maiores problemas do poder Executivo, nos três níveis, é a falta de competência administrativa.

Entre as hipóteses *não* confirmadas estão: 1- uma postura contrária aos partidos políticos e ao Legislativo em âmbito federal; 2- a aceitação do predomínio do Executivo sobre o Legislativo; 3- o reconhecimento da ação dos *lobbies* como constitutivos da democracia; 4- a idéia de que seria importante a presença de empresários nos cargos públicos para o sucesso da democracia no Brasil; 5- atribuição às características das instituições políticas a causa dos problemas de nossa democracia; 6- a discordância em relação à idéia de que é mais importante o bom funcionamento das instituições relacionadas à política econômica do que das instituições políticas democráticas; 7- o predomínio da idéia de que as instituições econômicas devem ser autônomas em relação às instituições políticas; 8- a baixa relevância de atores políticos como os militares, a Igreja Católica, os empresários estrangeiros e o FMI e o Banco Mundial.

A posterior análise da ação vai nos permitir testar outras hipóteses, tais como 1- a falta de uma ação efetiva e agressiva no que tange à consolidação e a construção das instituições democráticas, em especial um processo de reforma política, amplo ou restrito, 2- a apatia frente ao desequilíbrio, fortemente criticado pelos presidentes das entidades aqui consideradas, entre os poderes Executivo e Legislativo, em todos os níveis.

Alguns indicadores sobre a ação concreta dos empresários mostram que os presidentes entendem que devem agir para que o Legislativo, em especial no nível federal, apóie, mas que também seja autônomo, em relação ao Executivo, e que a relação entre estes poderes, nos três níveis, é de grande relevância para os empresários. Há também uma forte indicação de que as entidades se sentem dispostas, preparadas e bem informadas para atuar em um processo de reforma política.

Mas, os dados levantados já permitem alguma inferência sobre os padrões de ação política das entidades contempladas. Por um lado, os empresários atribuem grande importância não só enquanto espaço de ação, como também à abertura e solicitude do Executivo estadual (Governador e secretarias de estado), reforçando a importância deste âmbito no dia-a-dia da prática política dos empresários e no processo político nacional como um todo. Em termos de atribuição de importância na política nacional, os Governadores superam o Congresso Nacional e só perdem para a Presidência da República. Por outro lado, com exceção do Congresso Nacional, os empresários atribuem muito pouca importância e não vêm com bons olhos o poder Legislativo nos níveis municipal e principalmente estadual.

²⁰ Nestes trabalhos, consideramos apenas a Associação Comercial de São Paulo e a Federação do Comércio do Estado de São Paulo na década de 1990. Ver COSTA 2003 e 2005.

Em relação à questão da reforma política, ainda que todos concordem com a necessidade da reforma e que as condições atuais são favoráveis, observa-se que a convicção é mais forte quando se considera que tal reforma deveria ter sido feita ainda no Governo FHC. Ainda que estes dados não permitam nenhuma conclusão definitiva sobre a ação política das entidades aqui consideradas, observa-se que, tomando por referência o projeto de reforma política proposta pelas frentes que estão tratando deste assunto no Congresso Nacional, observa-se que os presidentes concordam com o financiamento público, mas não como única forma de financiamento das campanhas.

Das outras propostas discutidas no Congresso Nacional, o fim do voto de legenda divide dois terços dos empresários consultados, sendo que o outro terço não soube responder. Quanto ao fim das coligações e a instalação de federações partidárias, há a concordância de mais de 60%, mas muitos (mais de 20%) não souberam responder. Como vimos acima, outras questões indicadas pelos entrevistados não estão sendo contempladas pela discussão parlamentar sobre a reforma política. Mas há uma certa convicção de que a reforma política poderá favorecer a sociedade e certa esperança de que a reforma equilibre a relação entre Executivo e Legislativo, e a grande maioria acredita que ela é fundamental para o desenvolvimento econômico do país, mesmo não implicando em nenhuma alteração do papel do Estado na economia e na política econômica.

Considerando outro estudo que trata, entre outros, do mesmo assunto (LAMOUNIER e SOUZA, 2002)²¹, observamos que a grande maioria dos entrevistados também defendia a redução do número de partidos, no caso, àqueles que possuíssem 5% de representação da votação nacional. Em média, o resultado também é o mesmo em relação ao financiamento público de campanha e à fidelidade partidária, e não diverge muito em relação ao fim do voto obrigatório e ao voto distrital misto.

Em suma, estes primeiros resultados indicam uma tendência a uma postura não só extremamente favorável à democracia como também um maior interesse pelas questões relacionadas ao funcionamento do regime político. Isso é bastante relevante, dada a importância que tem, e que pode vir a assumir, o empresariado organizado na sociedade e na política nacional. Mais uma vez, somente a análise da ação concreta permitirá testar as inferências parciais aqui levantadas e complementar o estudo a que se deu início com esta pesquisa.

Paulo Roberto Neves Costa (paulocosta@ufpr.br) é professor de Ciência Política da UFPR, doutor em Ciências Sociais pela UNICAMP, editor-chefe da *Revista de Sociologia e Política*, autor de *Democracia nos anos 50: burguesia, corporativismo e parlamento*, São Paulo, Hucitec, 1998 e coordenador do *Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira* (UFPR).

²¹ Trata-se de pesquisa realizada pelo IDESP, intitulada *A elite brasileira e a modernização do setor público*, realizada entre agosto e outubro de 2002 com 450 pessoas influentes, entre eles, grandes empresários, representantes de pequenos e médios empresários, dirigentes sindicais e parlamentares. Nos limitaremos a comentar os resultados desta pesquisa referentes aos grandes e pequenos e médios empresários.

Referências Bibliográficas

- COSTA, Paulo Roberto Neves. **Empresariado e democracia no Brasil: 1984-1994**. Campinas. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 378 páginas, 2003.
- _____. **Empresariado, regime político e democracia: Brasil, anos de 1990. Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 20, n 57, pp. 109 a 126, 2005.
- LAMOUNIER, B. e SOUZA, Amaury de. **As elites brasileiras e o desenvolvimento nacional: fatores de consenso e dissenso**. Relatório de Pesquisa. Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo, 2002.